



Porto Pontal Paraná
Importação e Exportação S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Com Relatório de Auditoria Independente



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel

Curitiba – PR - Fone: 3092 7470

www.rlsolution.com.br - corporativo@rlsolution.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas

PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES S.A.

Curitiba – PR.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional
Chamamos a atenção que a Companhia está em fase pré-operacional e vem apresentando prejuízos sucessivos, assim como também apresenta seu passivo circulante em excesso ao ativo circulante, substancialmente representado por mútuo com partes relacionadas. Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o início de sua operação depende da obtenção de licenças emitidas por órgãos governamentais e do sucesso em obter suas renovações e aportes de capital dos acionistas, e/ou da obtenção de recursos de terceiros para viabilizar a construção



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470
www.rlsolution.com.br - corporativo@rlsolution.com.br

do porto. Vale destacar, conforme nota explicativa nº 16, que em dezembro de 2021, a Controladora J.C.R. Administração e Participações S.A., assinou um Acordo de Compra e Venda de suas ações na Companhia, com o Fundo de Infraestrutura Vinci Partners, sujeito à aprovação dos Órgãos Reguladores. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

b) Incertezas relacionadas à conformidade com leis e regulamentos

Chamamos atenção ainda para o mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, visto que houve investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas brasileiras sobre possíveis vantagens indevidas junto ao IBAMA com o fim de facilitar a obtenção de licenças ambientais para o licenciamento do Porto na Cidade de Pontal do Paraná, que teriam sido perpetradas por acionistas da Companhia. O inquérito relacionado a este assunto foi encerrado, tendo sido anulado o ato de indiciamento, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria Geral da República

Neste momento, não é possível prever outros eventuais desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e continuidade das suas operações, que depende da obtenção das referidas licenças. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos – Valores Correspondes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais da **PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES S.A.**, encerradas em 31 de dezembro de 2019 apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470
www.rlsolution.com.br - corporativo@rlsolution.com.br

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470
www.rlsolution.com.br - corporativo@rlsolution.com.br

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 25 de abril de 2.022.

RONALDO ARSIE
GUIMARAES:
68883080904

Assinado digitalmente por RONALDO ARSIE GUIMARAES:
68883080904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia,
OU=15400783000178, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - REB, OU=REB e-CPF A3, OU=(sem branco),
CN=RONALDO ARSIE GUIMARAES:68883080904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022-04-27 16:22:38
Foxit Reader Versão: 10.0.0

RONALDO ARSIE GUIMARÃES
Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1

MARLON EDER DE
SOUZA:05933478970

Assinado de forma digital por
MARLON EDER DE
SOUZA:05933478970
Dados: 2022.04.27 16:16:07 -03'00'

MARLON EDER DE SOUZA
Contador CRC (PR) nº 0065.446/O-1



GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570-O/07

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de Reais - R\$

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	48	20	Fornecedores		40	42
Impostos a recuperar		30	32	Obrigações sociais e fiscais		156	133
Adiantamentos a fornecedores		4	28	Partes relacionadas	7	2.290	1.938
Despesas antecipadas		1	4	Outras obrigações		1	-
		83	84			2.487	2.113
Não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos Judiciais		54	54	Capital social	11	65.252	60.355
Imobilizado	8	17.069	17.110	Prejuízos acumulados	10	(50.505)	(45.184)
Intangível		28	36			14.747	15.171
		17.151	17.200				
Total do ativo		17.234	17.284	Total do passivo e patrimônio líquido		17.234	17.284

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.
Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais - R\$

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	11	(5.294)	(4.119)
Depreciação		(51)	(57)
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas		(5.345)	(4.176)
Receitas financeiras		2	4
Despesas financeiras		(3)	(27)
Resultado financeiro líquido		(1)	(23)
Outras receitas e despesas		25	(39)
Prejuízo do exercício		(5.321)	(4.238)
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		(5.321)	(4.238)
Prejuízo básico e diluído por ações (em Reais)		(0,5322)	(0,4237)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.
Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais - R\$

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(5.321)	(4.238)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(5.321)</u>	<u>(4.238)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de Reais - R\$

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	10	86.800	(72.800)	(40.946)	(26.946)
Prejuízo do exercício		-	-	(4.238)	(4.238)
Integralização de Capital		-	46.355	-	46.355
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	86.800	(26.445)	(45.184)	15.171
Prejuízo do exercício		-	-	(5.321)	(5.321)
Integralização de Capital		-	4.897	-	4.897
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	86.800	(21.548)	(50.505)	14.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízos dos exercícios	(5.321)	(4.237)
Ajustes por:		
Provisão de juros	-	26
Depreciação	49	7
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em outros valores a receber	28	(28)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	2	(7)
(Redução) aumento em fornecedores	(2)	(471)
(Redução) aumento em partes relacionadas	352	(212)
(Redução) aumento em obrigações sociais e fiscais	<u>23</u>	<u>(35)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(4.869)	(4.957)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(7)	(686)
Baixa do imobilizado	<u>7</u>	<u>209</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(477)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	<u>4.897</u>	<u>5.445</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.897	5.445
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>28</u>	<u>11</u>
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20	9
No fim do exercício	<u>48</u>	<u>20</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>28</u>	<u>11</u>
Itens que não afetaram o caixa		
Aumento de capital com mútuos a pagar	-	46.355
Saldo de caixa e equivalentes incorporados	-	-
Saldo de impostos a recuperar incorporados	-	-
Saldo de partes relacionadas incorporados	-	-
Saldo de fornecedores incorporados	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A., (“Companhia”) que está em fase pré-operacional, tem sede no município de Pontal do Paraná - Paraná, localizado na Avenida Atlântica, nº 7777, Balneário Pontal do Sul, bairro Ponta do Poço, CEP 83255-000, e foi constituída em 1º de novembro de 1995, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objeto social as atividades de operação de portos marítimos, terminais portuários e cais; atividades de operações portuárias e logística integradas; movimentação e armazenamento de cargas; atividades auxiliares dos transportes aquaviários; atividades relacionadas à organização logística do transporte de cargas; carga e descarga, por manuseio ou não, de mercadorias, serviço de estiva, desestiva e capatazia; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produtos (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros e por conta própria; e participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista.

A estruturação do projeto, assim como os contatos iniciais com prováveis parceiros, está em fase de desenvolvimento, o início das obras antes previsto para 2016 foi ajustado para o primeiro semestre de 2023, conseqüentemente, as operações portuárias em caráter de greenfield estão previstas para segundo semestre de 2025.

A Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A., explorará atividades portuárias através de terminais privados, movimentação e estocagem de cargas de transbordo, importação e exportação, bem como transporte via cabotagem. Quando em operação completa na primeira fase, o que segundo as expectativas da administração ocorrerá no segundo semestre de 2025, o porto poderá receber a atracação simultânea de três navios e terá a capacidade de movimentar cerca de 980 mil TEU's (Twenty-foot Equivalent Unit). A partir da 3ª fase do Terminal terá a capacidade de movimentar cerca de 3 milhões de TEUs por ano (não auditado).

A Companhia possui um terreno de 134.175,37m². Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu junto a parte relacionada EBPS - Empresa Balneária Pontal do Sul S.A., pelo montante de R\$ 7.654, áreas situadas no lugar denominado Pontal do Sul, no Município e Comarca de Pontal do Paraná. Em janeiro de 2018, foi regularizado os registros das matrículas perante ao Registro de Imóveis de Pontal do Paraná. Essas matrículas agregaram uma área de 238.212,64 m² à área da Companhia que somadas às áreas de aterro e às áreas da SPU- Secretaria do Patrimônio da União de 255.521,84m², totalizarão em um terminal com 627.909,85m² (não auditado).

Na data de 14 de agosto de 2014, foi assinado o termo de adesão junto a SEP (Secretaria dos Portos da Presidência da República) sob o número 06/2014-ANTAQ autorizando formalmente a licença administrativa para o funcionamento do Porto Pontal de acordo com a Lei n.º12.815/2013. Tal termo de adesão possui prazo de 25 anos, contados da sua assinatura.

A licença de instalação estava com seus efeitos suspensos em virtude de discussão judicial até 9 de abril de 2018, quando o magistrado da 11ª vara federal de Curitiba emitiu despacho/decisão exaurindo a liminar deferida no curso do processo. Com a decisão, a licença de instalação e seu processo administrativo em questão poderá ter continuidade perante os órgãos ambientais pertinentes. Cabe ressaltar que tal licença foi emitida em 5 de maio de 2015, com prazo de vigência de 3 anos (mas a Companhia conseguiu a renovação junto ao IBAMA da LI que passou a ficar válida até outubro de 2023.) O pedido de renovação da LI ainda está em tramitação junto ao Ibama, apenas temos pareceres interno favorável a renovação da LI.

A Companhia possui DUP - Declaração de Utilidade Pública para fins de autorização de supressão de vegetação para a implantação das obras do terminal, a qual se deu por meio do Decreto da Presidência da República publicado no Diário oficial da União, seção 1, página 4, em 09 de maio de 2016. A licença para construção foi emitida pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná em 26 de abril de 2018,

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

através do Alvará de Construção nº 65/2018, com validade até abril de 2019 e renovado até agosto/2022.

A companhia recebeu a licença de instalação da FUNAI em 12/03/2020, através do Ofício nº 249/2020 CGLIC/DPDS/FUNAI

A Companhia depende de quantias significativas para a continuidade e viabilidade da construção do Terminal Portuário, as quais deverão ser suportadas pelos acionistas. Os acionistas também demonstram intenção de apoiar financeiramente a Companhia, através de capital próprio ou obtendo financiamento junto a terceiros, para garantir a viabilização dos investimentos necessários para viabilizar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 3 e 4.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Instrumentos financeiros

4.1.1.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.1.1.2 *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.1.1.3 *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e outras contas a pagar.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Ativos Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

4.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

4.3.1.1 *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

4.3.1.2 Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

4.4 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.5 Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros incidentes sobre empréstimos bancários, multas por atraso em pagamento de tributos e tarifas bancárias.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apurou prejuízo fiscal e contábil. A Companhia não contabilizou imposto de renda e contribuição social diferidos por conta da incerteza de sua realização.

5. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

5.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma – vigência 1º de janeiro de 2019

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

(ii) Impactos da adoção

No atual cenário da Companhia, tal pronunciamento não traz nenhum impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que poderiam requerer contabilização e/ou divulgação.

5.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma – vigência em 1º de janeiro de 2019

Essa interpretação esclarece a forma como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, quando existe incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo por impostos corrente ou diferido aplicando os requisitos do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, com base no lucro tributável (perda fiscal), na matéria coletável, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas taxas de imposto determinados em aplicação desta interpretação.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impactos na adoção

A Companhia aderiu à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. No entanto, com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto dos seguintes valores:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2	2
Bancos - conta movimento	46	18
	<u>48</u>	<u>20</u>

7. Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo circulante		
Valores a pagar - J.C.R. Administração e Participações S.A. (a)	2.291	1.938
	<u>2.291</u>	<u>1.938</u>

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2020 diz respeito ao rateio de despesas realizado pela holding operacional do grupo, conforme contrato de compartilhamento (rateio) de despesas da holding para suas controladas firmado em 01 de janeiro de 2018.

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do Grupo JCR como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela diretoria, cujo diretores são remunerados no montante de R\$ 2.871 (R\$ 839 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	4.651	-	4.651	4.651
Adiantamento para compra de terreno (a)	7.654	-	7.654	7.654
Computadores e periféricos	73	(30)	43	53
Máquinas e equipamentos	7	(4)	3	4
Móveis e utensílios	198	(56)	143	163
Veículos	-	-	-	-
Instalações	16	(5)	11	12
Benfeitorias em imóveis	350	-	350	350
Imobilizações em andamento (b)	4.236	(22)	4.214	4.223
	17.185	(116)	17.069	17.110

	2019			2018
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	4.651	-	4.651	4.000
Adiantamento compra de terreno (a)	7.654	-	7.654	7.654
Computadores e periféricos	73	(20)	53	68
Máquinas e equipamentos	7	(3)	4	5
Móveis e utensílios	198	(35)	163	182
Veículos	-	-	-	161
Instalações	16	(4)	12	14
Benfeitorias em imóveis	350	-	350	350
Imobilizações em andamento (b)	4.236	(13)	4.223	4.236
	17.185	(75)	17.110	16.670

- (a) Refere-se a duas áreas situadas em Pontal do Sul, no Município e Comarca de Pontal do Paraná, para as quais existe escritura pública de compra e venda, cujo registro foi concluído em 15 de dezembro de 2017 nas matrículas 8.747 e 8.748 do Registro de Imóveis de Pontal do Paraná.
- (b) Referem-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de estudos para a preparação do projeto portuário, compostos por serviços de assessoria relacionados aos estudos dos impactos ambientais, preparação do projeto básico de energia para a alimentação dos equipamentos portuários, topografia e outros, considerados essenciais para o andamento do projeto.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão.

9. Contingências

Os passivos contingentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judicial e administrativa decorrentes, em sua maioria, de processos cíveis e ambientais.

A Companhia é ré em processo de direito público qual trata-se de Ação Popular que requer a nulidade de todas as licenças concedidas a Companhia no Processo Administrativo junto ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Os assessores jurídicos externos da

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Companhia avaliam que as discussões relacionadas ao tema têm chances de perda possível e o valor envolvido não é relevante.

Não há ações administrativas ou judiciais classificados como de perda provável cujo valor seja relevante para registro.

10. Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social subscrito e integralizado era representado, em 31 de dezembro de 2013 por 4.000.000 de ações ordinárias nominativas, cada qual com valor nominal igual a R\$ 1,00 (um real). Em 2014, houve a subscrição de 6.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos) cada uma, no valor total de R\$ 82.800, emitidas em consequência do aumento de capital aprovado pela 2ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2014, a serem subscritas exclusivamente por Olime Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura. Na mesma data foram integralizados R\$ 10.000, restando o saldo de R\$ 72.800 a integralizar.

Em 27 de setembro de 2018, através da celebração de um Contrato de Cessão de Direitos, a Olime Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura (“Olime”) cede e transfere, a título gratuito, a titularidade dos Direitos de Integralização à J.C.R. Administração e Participações S.A., de 5.275.362 ações ordinárias que se encontram subscritas e não integralizadas, bem como os direitos e obrigações atrelados a tais ações, representativas de 92,75% de seu capital social.

Em 06 de novembro de 2018, através de Ata de Assembleia Geral de Quotistas, foi aprovada a liquidação e o encerramento do Olime, em conjunto com a transferência dos ativos que esse detinha (participação no capital da Companhia) aos respectivos cotistas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, como forma de quitação dos valores devidos pelo Fundo aos cotistas.

Em 28 de junho de 2019, através da Ata de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a integralização parcial de capital, no valor de R\$ 44.642, mediante a capitalização do saldo de créditos de mútuo registrados na contabilidade da Companhia em favor do acionista subscritor, J.C.R. Administração e Participações S.A..

Ainda durante o ano de 2019, no período de julho a dezembro, ocorreram integralizações mensais realizadas pelo acionista J.C.R. Administração e Participações S.A.. Desta forma o capital social integralizado no período de 2019 foi de R\$46.355, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$60.355

No ano-calendário de 2020, houve integralizações mensais de capital pelo acionista J.C.R. Administração e Participações S.A. as quais somam o montante de R\$ 4.897, assim sendo o valor de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 65.252.

As Decisões da Assembléia Geral devem ser tomadas com um consenso de aprovação dos três quartos das ações com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social está assim distribuído:

Acionista	Participação	Ações	Capital
João Carlos Ribeiro	2,89%	289.855	483
João Guilherme Reichmann Ribeiro	1,09%	108.696	181
Maria Amália Ribeiro	1,09%	108.696	181
Fernanda de Siqueira Ribeiro	1,09%	108.696	181
Luiza Debastiani Ribeiro	1,09%	108.696	181

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

J.C.R. Administração e Participações S.A.	92,75%	9.275.362	59.148
	100%	10.000.000	60.355

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social está assim distribuído:

Acionista	Participação	Ações	Capital
João Carlos Ribeiro	2,89%	289.855	483
João Guilherme Reichmann Ribeiro	1,09%	108.696	181
Maria Amália Ribeiro	1,09%	108.696	181
Fernanda de Siqueira Ribeiro	1,09%	108.696	181
Luiza Debastiani Ribeiro	1,09%	108.696	181
J.C.R. Administração e Participações S.A.	92,75%	9.275.362	64.045
	100%	10.000.000	65.252

11. Despesas administrativas e gerais

	2020	2019
Despesas com pessoal	3.488	1.439
Serviços prestados (a)	1.112	1.474
Facilities	32	48
Despesas com viagens e veículos	76	195
Propaganda e Publicidade	49	151
Eventos	-	4
Rateios (b)	352	635
Taxas ambientais	63	100
Doações	68	-
IPTU	27	26
Outras despesas	27	47
	5.294	4.119

- (a) Os serviços prestados referem-se principalmente às despesas com pessoas jurídicas por conta de assessoria e consultoria técnica, serviços advocatícios e serviços administrativos, incorridas para garantir o funcionamento preliminar das operações da Companhia.
- (b) Os *management fees* referem-se à gastos compartilhados entre a J.C.R. Administração e Participações S.A. (controladora) e a Companhia, principalmente relacionado à serviços administrativos, financeiros e contábeis, incorridos para garantir o funcionamento das atividades da Companhia.

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

(i) Categoria de instrumentos financeiros

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	2020			2019
	Caixa e Equivalentes	Outros ativos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	48	-	48	20

Passivos	2020			2019
	Empréstimos e Obrigações	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
Fornecedores	-	40	40	42
Valores com partes relacionadas passivo	2.290	-	2.290	1.938

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se restringe às aplicações financeiras sujeitas a taxas de juros variáveis, uma vez que os empréstimos possuem taxas fixas.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados em instituições de primeira linha.

13. Seguros

A Companhia não possui seguros contratados em 31 de dezembro de 2020, dada a irrelevância dos ativos tangíveis que possui e o relacionamento de seus acionistas e diretores.

14. Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 2020 as autoridades federais brasileiras movimentaram uma operação para investigar possíveis vantagens indevidas em intervenções junto ao IBAMA, suspeitando da ocorrência de irregularidades em processos de licenciamento ambiental.

A fim de evidenciar a regularidade no processo de licenciamento ambiental do projeto do Porto Pontal do Paraná, a Companhia o submeteu a uma avaliação de conformidade ambiental realizada por empresa terceira e independente.

Tal avaliação identificou evidências de que, em todas as etapas já realizadas do processo, os requisitos legais e regulamentadores exigidos pelos órgãos envolvidos foram integralmente atendidos. Assim é

Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

possível afirmar que inexistem quaisquer inconsistências na obtenção das aprovações efetivadas até o momento.

Encerradas as investigações o inquérito foi relatado, tendo os indiciamentos anulados, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria Geral da República.

15. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta Pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

A Administração está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando os possíveis impactos relacionados a: (i) perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19; (ii) redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis; e (iii) cumprimento de obrigações assumidas com fornecedores e partes relacionadas.

Considerando as avaliações mencionados acima, até o momento não temos visibilidade de qualquer impacto material em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.

16. Evento Subsequente

Em dezembro de 2021, a Controladora J.C.R. Administração e Participações S.A. assinou um Acordo de Compra e Venda de suas ações na Companhia, com o Fundo de Infraestrutura Vinci Partners, sujeito à aprovação dos Órgãos Reguladores.

* * *